

An illustration of a multi-level library. On the upper level, a man in a white shirt and dark vest reaches for a book on a high shelf, while a woman with a large yellow backpack browses another section. On the lower level, a man in an orange shirt stands near a desk where a woman is working on a laptop. In the foreground, a man in a wheelchair is seated at a desk with a computer, typing. To his left, a woman with glasses and a yellow shirt sits. To his right, a man and a woman are engaged in conversation, and a woman in a pink shirt is clapping her hands. The background features a large arched window with a geometric pattern. The overall style is colorful and modern.

Guia de boas práticas

INCLUSIVAS

**Para uma biblioteca
universitária mais
acessível**

Marrhiette Sousa Martins Macedo
Cládice Nóbile Diniz



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

REITOR

Prof. Dr. José da Costa Filho

VICE-REITORA

Prof.^a. Dra. Bruna Silva do Nascimento

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB**

COORDENADOR

Prof. Dr. Marcos Miranda

AUTORA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Marrhiette Sousa Martins Macedo

COAUTORA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Cládice Nóbile Diniz

DIAGRAMAÇÃO

Marrhiette Sousa Martins Macedo

IMAGENS DE CAPA

Criada com IA <https://chatgpt.com/>

**RIO DE JANEIRO
2025**

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

ORIGEM: Trabalho de dissertação, do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB, campus Rio de Janeiro.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Biblioteconomia.

PÚBLICO-ALVO: Profissionais da educação, bibliotecários e estudantes com deficiência, e outros interessados que se identifiquem com a temática.

CATEGORIA: Guia de sugestões sobre o atendimento inclusivo das bibliotecas universitárias.

FINALIDADE: Promover o protagonismo das bibliotecas no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e indicar recomendações fundamentais para o atendimento inclusivo nesses espaços.

DISPONIBILIDADE: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais e a proibição do uso comercial do produto.

DIVULGAÇÃO: Disponível em formato digital nos periódicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

APRESENTAÇÃO

Olá, prezado leitor, vamos embarcar nesse Guia de boas práticas inclusivas para uma biblioteca universitária acessível? Sejam bem-vindos a esta deliciosa leitura e aproveitem cada detalhe que foi feito pensando na comunidade acadêmica, especialmente nos bibliotecários e gestores que tanto tem trabalhado no cenário da inclusão educacional. Aproveitem cada dica e sugestão de canais que ajudarão a permitir que a biblioteca, além de um lugar de disseminação de conhecimento pode ser um ambiente de acessibilidade.

Boa leitura!

Marrhiette Macedo
Cládice Diniz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
------------------	----

CAPÍTULO I

ACESSIBILIDADE – DIMENSÕES CONCEITUAIS	08
--	----

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO ESEPCIAL INCLUSIVA	21
-----------------------------------	----

CAPÍTULO III

BIBLIOTECA ESPAÇO DE SABER	30
----------------------------------	----

CAPÍTULO IV

SUGESTÕES PARA BOAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NAS BIBLIOTECAS.....	37
---	----

CONCLUSÃO	55
-----------------	----

REFERÊNCIAS	57
-------------------	----

INTRODUÇÃO

A informação desempenha um papel essencial na sociedade contemporânea, sendo fundamental para o avanço humano e social. Seu caráter multidisciplinar é estudado por diversas áreas, especialmente a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

Além de ser indispensável para a comunicação e interação entre as pessoas, a informação também impulsiona a evolução intelectual da humanidade, promovendo o conhecimento de forma contínua.

Conhecimento este que se estende a todo e qualquer cidadão detentor de direitos, especialmente, aqueles com deficiência, que por muito tempo estiveram à margem da sociedade.

Em se tratando de estudantes em contexto escolar esse acesso ao conhecimento se dá, também, pelas bibliotecas, espaços de saberes essenciais à formação desse público.

Pensando nisso elaborou-se este guia objetivando sugerir boas práticas para que os alunos com deficiência possam ser acolhidos, mas sobretudo, utilizarem os serviços ali oferecidos.

O guia conta além da parte introdutória e conclusiva, com quatro capítulos. Sendo o primeiro intitulado “Acessibilidade-dimensões conceituais”, no qual descreveu-se definições importantes das terminologias e como sua aplicação em ambientes públicos oportuniza inclusão.

No capítulo segundo intitulado “Educação Especial Inclusiva”, explanou-se além dos

conceitos teóricos e legais, acerca da importância de permitir acesso equitativo aos estudantes na esfera escolar, especialmente em espaços os quais o conhecimento é um direito.

No terceiro capítulo, “Biblioteca espaço do saber”, descreveu-se sobre a importância e a dimensão da biblioteca à formação humana e como ela precisa manter dimensões de acessibilidades, considerando para além de sua função informacional, seu papel inclusivo

No capítulo quarto “Sugestões para boas práticas inclusivas nas bibliotecas”, elencou-se além de dicas, links e sugestões de canais que contribuem na construção de um ambiente mais inclusivo.

Diante do exposto, reforça-se a relevância da informação como um direito fundamental de todo cidadão, especialmente daqueles com

deficiência, cuja inclusão nos espaços de conhecimento deve ser garantida de forma equitativa. As bibliotecas, como ambientes de formação e difusão do saber, precisam estar alinhadas aos princípios da acessibilidade, permitindo que todos os estudantes usufruam de seus recursos de maneira plena.

Este guia, ao apresentar conceitos fundamentais e sugestões práticas, busca contribuir para a construção de uma realidade educacional mais inclusiva, em que a informação seja verdadeiramente acessível a todos, promovendo autonomia, pertencimento e desenvolvimento social.

CAPÍTULO I

Acessibilidade – dimensões conceituais

A acessibilidade, em seu sentido amplo, diz respeito à garantia de que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais, possam utilizar de maneira segura e autônoma os espaços, serviços, bens e informações disponíveis.

Diversas legislações específicas asseguram a eliminação de barreiras e a efetivação da acessibilidade, reforçando a importância da igualdade de oportunidades e da participação plena na sociedade (Brasil, 2000; Brasil, 2004; Brasil, 2015).

Como um dos marcos nesse contexto, tem-se o Decreto Nº 5.296/2004 que transpassa o teor normativo, e impacta no planejamento e na execução de políticas públicas voltadas para a inclusão. Este decreto é uma ferramenta essencial para a implementação de políticas públicas de inclusão, pois define as condições para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Em seu texto, o Decreto Nº 5.296/2004 estabelece que a acessibilidade não se limita ao acesso físico a edifícios, mas também abrange a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes e nas comunicações. Dessa forma, busca assegurar que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam usufruir de seus direitos de forma igualitária e sem discriminação.

Um dos avanços mais significativos do decreto é o reconhecimento da acessibilidade como um direito fundamental. Ao detalhar os critérios técnicos e os prazos para adaptação de edificações públicas e privadas de uso coletivo, o decreto promove a igualdade de oportunidades e reforça o compromisso do Estado em criar uma sociedade mais inclusiva.

Ainda sobre acessibilidade sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro tem-se, mais recentemente, a Lei Nº 13.146/2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 6 de julho de 2015. Entre suas exigências, estabelece os direitos das pessoas com deficiência e as diretrizes para a promoção da inclusão plena e efetiva em sociedade.

Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a LBI aborda diversos temas fundamentais, como educação, saúde, trabalho, transporte, cultura, lazer e, principalmente, acessibilidade.

O conceito de acessibilidade é um dos pilares da LBI, sendo tratado de forma ampla e detalhada. A lei reconhece que a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais é essencial para garantir a igualdade de oportunidades e o exercício pleno da cidadania por parte das pessoas com deficiência.

Acessibilidade pela LBI

[...] Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, Art. 2º)

A definição apresentada pela LBI reforça a importância de que o acesso a bens e serviços não deve ser apenas garantido, mas deve ocorrer de forma segura e autônoma. O dispositivo valoriza a dignidade humana e reconhece a necessidade de independência das pessoas com deficiência (Brasil, 2015).



A LBI interrelaciona a acessibilidade diretamente a outros princípios fundamentais,

como por exemplo a universalidade, prevendo que independentemente de suas limitações, as pessoas com deficiência podem acessar e usufruir de bens, serviços e informações.

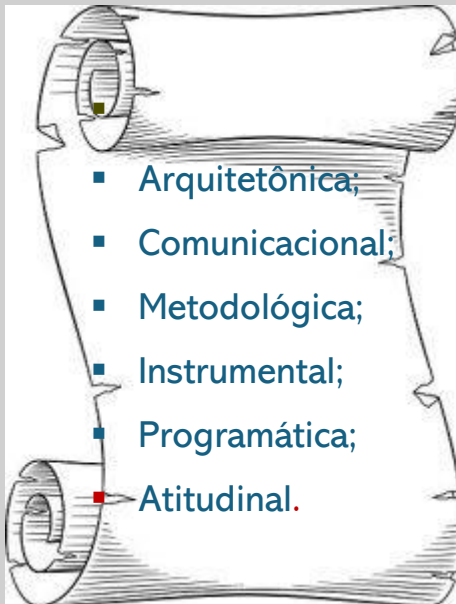
Nesse sentido, propicia o princípio também de autonomia, pois oportuniza independência a essas pessoas em suas atividades diárias.



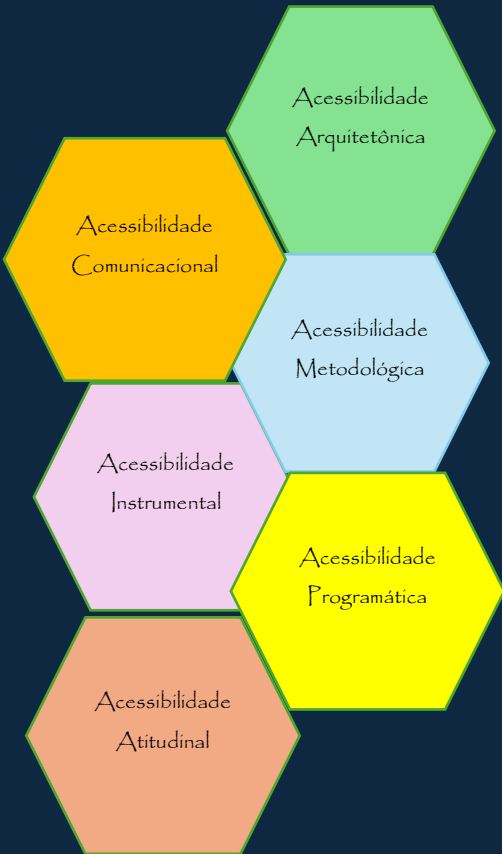
E, assim, não menos importante contribui ao princípio de igualdade de oportunidade, pois cria condições para que todos tenham acesso às

mesmas oportunidades, sem discriminação (Brasil, 2015).

Na perspectiva de Sasaki (2009), o autor utiliza “acessibilidade” sob a perspectiva de algumas dimensões, para explicar a questão da inclusão social, isto é, debate a temática utilizando as concepções de acessibilidade:



SAIBA MAIS:



Acessibilidade Arquitetônica:

- Espaços acessíveis em aeroportos, terminais rodoviários, teatros, museus, parques e locais de eventos, promovendo autonomia e inclusão. No ambiente de trabalho, adaptação de espaços físicos, como entradas, salas e sanitários, além de transportes acessíveis oferecidos pelas empresas. Na educação, rampas, portas largas, sanitários adaptados, corredores com faixas indicativas e equipamentos tecnológicos que atendam às necessidades de alunos com deficiência.

Acessibilidade Comunicacional:

- adequação de sinalizações para pessoas com deficiência visual e a necessidade de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em locais de entretenimento. No trabalho, acessibilidade nas interações interpessoais, comunicação escrita (incluindo braille e letras ampliadas). Na educação, práticas como o ensino básico de Libras para comunicação com alunos surdos, o uso de Braille e Sorobã para alunos cegos, a ampliação de letras para alunos com baixa visão e a adaptação tecnológica para alunos com restrições motoras. Destaca também recursos como desenhos e figuras para facilitar a aprendizagem.

Acessibilidade Metodológica:

- No lazer, por exemplo, sugere que gestores substituam métodos tradicionais por propostas inclusivas que atendam às necessidades especiais dos usuários. No trabalho, propõe adequações nos métodos e técnicas, como treinamento de recursos humanos, adaptação ergonômica e redesenho de fluxogramas para maior inclusão. Na educação, enfatiza a aplicação da teoria das inteligências múltiplas e dos estilos de aprendizagem, promovendo práticas que integrem alunos,

Acessibilidade Instrumental:

- Trata-se da adaptação de ferramentas e dispositivos para atender às pessoas com deficiência. No lazer, defende a adequação de aparelhos e equipamentos em locais recreativos, superando a prática tradicional que ignora limitações físicas, sensoriais e cognitivas. No trabalho, enfatiza a acessibilidade em instrumentos e utensílios, como ferramentas, máquinas e equipamentos, além de itens cotidianos como lápis, canetas e teclados de computador. E na educação, destaca a adaptação de instrumentos usados pelos alunos, como lápis, régua e equipamentos de escrita, para diferentes contextos escolares.

Acessibilidade Programática:

- Diz respeito aos dispositivos legais (leis, decretos, resoluções, entre outros), que na prática impedem ou dificultam para certas pessoas a utilização dos serviços.



Acessibilidade Atitudinal:

- Trata-se das ações mais individuais, empáticas e respeitosas quando em face de uma pessoa com deficiência, para superar preconceitos e abrir oportunidades de inclusão social a estas pessoas. A acessibilidade atitudinal se caracteriza pela sensibilização e conscientização nos espaços diversos em sociedade estimulando a convivência inclusiva.

Segundo o modelo social da deficiência, a limitação não está na pessoa, mas nas barreiras impostas pelo meio. Essa visão, amplamente aceita em documentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil pelas publicações de políticas inclusivas ao longo dessas últimas quatro décadas, redefine o papel da sociedade na eliminação das barreiras e na construção de ambientes verdadeiramente inclusivos.

A acessibilidade, enquanto conceito legal e teórico, revela-se um elemento central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao eliminar barreiras e promover a inclusão, o Brasil dá passos importantes em

direção ao cumprimento de seus compromissos legais e éticos.

No entanto, alcançar uma acessibilidade plena exige não apenas a criação de leis, mas também a transformação de mentalidades e práticas sociais que garantam a participação ativa de todas as pessoas, em todos os contextos, conforme dispõe Chahini (2016).

O ponto de partida dessa busca está no próprio homem. Mas como não há homem sem mundo, o ponto de partida da busca se encontra no homem-mundo, isto é, no homem em suas relações com o mundo e com os outros. (Freire, 1967, p. 126).

CAPÍTULO II

Educação Especial Inclusiva

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva tem suas raízes na Declaração Mundial da Educação para Todos - Jomtien, Tailândia, 1990 – que, entre outras coisas, prevê o direito à educação como prioridade a toda pessoa com deficiência, garantindo oportunidades de aquisição de conhecimento, desenvolvimento, potencialidades e habilidades de formação cidadã. Indiscutivelmente, um evento que voltou os olhares mundiais para a temática da inclusão

Destaca-se ainda a Declaração de Salamanca como, em 1994, de acordo com (Unesco, 1994), momento este que apresentava o debate numa perspectiva global. Ali, com mais de 200 nações, foi acordado que o direito a uma educação com qualidade faria parte da realidade nas instituições formais de ensino, conforme conta Jannuzzi (2012). Indiscutivelmente, um marco significativo que reverberou em políticas inclusivas fundamentais.

No que diz respeito à Educação Especial aqui no Brasil, esta modalidade foi, oficialmente, reconhecida em 1854, no período imperial com a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos – hoje Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (1857) – atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – ambos no Rio de Janeiro.

Instituto Benjamin Constant



Imperial Instituto dos Surdos Mudos – atual INES



Tais instituições preconizavam o atendimento assistencial e terapêutico, oferecendo residência e trabalho à pessoa com deficiência e às suas famílias (Jannuzzi, 2012).

Somente com a Constituição Federal de 1988 se iniciou o marco político institucional no Brasil, partindo daí uma série de ações oficiais rumo à promoção ao acesso de todos à educação escolarizada. A Constituição Federal prevê, entre outras coisas, o direito ao acesso educacional de pessoas com deficiência, assim como a Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB, Lei nº 9.394/96; A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, entre outras vigentes que vêm narrando acerca do acesso e permanência das pessoas com deficiência nos espaços educacionais

Educação Especial:

Modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados^m (Brasil, 1996





Educação Especial é um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, para garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (Mazzotta, 2001, p. 39).

Essa modalidade de educação, segundo a LDB, não apenas significa a inserção física de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, mas também requer que o sistema educacional esteja adaptado para garantir o atendimento adequado. Isso inclui a formação de professores, a adaptação curricular e a oferta de recursos de acessibilidade, como tecnologias assistivas e salas de recursos multifuncionais.

Para Mazzotta (2001) a educação especial não deve ser vista como um sistema paralelo ou complementar, mas sim como parte integrante do sistema educacional geral. Para ele, a inclusão requer uma transformação estrutural na organização escolar, de modo que todos os estudantes possam ser atendidos de maneira equitativa. O autor reforça a ideia de que

a educação inclusiva promove o respeito à diversidade, valorizando as diferenças individuais como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem,

Mantoan (2019) também destaca a importância da convivência e do respeito à diversidade como elementos centrais para a inclusão escolar, pois, ao promover a inclusão, a escola cumpre sua função social de formar cidadãos mais solidários e preparados para lidar com a complexidade das relações humanas.

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração

Desta forma, verifica-se, pois, que incluir está para além do que propõe os aparatos legais da educação especial; envolve atores, tais como professores e demais profissionais em instituições educacionais, partindo da premissa de que estes estejam preparados para o processo de ensino e de aprendizagem de seus alunos. Envolve também, resoluções de problemas como os elementos físicos da esfera escolar, enquanto barreiras em determinadas especificidades de mobilidade ou aspectos comunicacionais (barreiras atitudinais), por exemplo. Corroborando às palavras de Chahini (2016) quando demarca a necessidade de ações atitudinais, sendo este um ponto crucial para esta perspectiva de educação.

CAPÍTULO III

Biblioteca: espaço de saber

A biblioteca é bem mais que uma coleção de livros, ou documentos congêneres, é um espaço voltado para o estudo, leitura e consultas, um espaço para compartilhar um bem social, seja ele voltado para o público infantil (Bibliotecas Infantis), alunos da educação básica (Biblioteca escolar) alunos de universidades (Biblioteca universitária) para um público específico (Biblioteca especializada) comunidades (comunitária), ou para o público em geral (Biblioteca pública). O mesmo espaço constitui-se de estruturas variadas, como as bibliotecas dos Institutos Federais, as quais, possibilitam em seus espaços, estruturas com

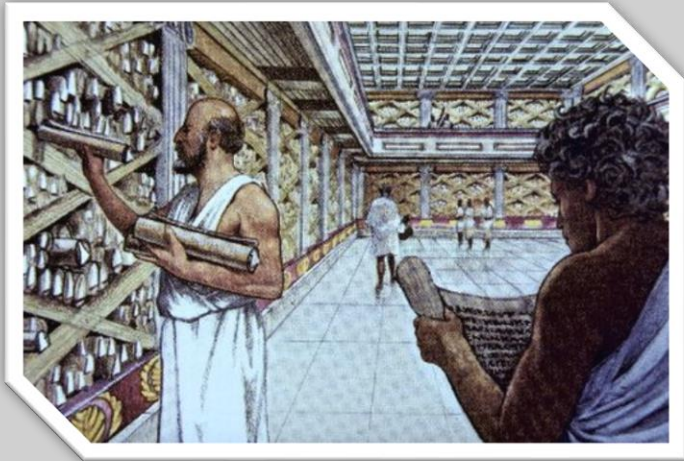
características variadas, podendo ser escolar, universitária, tecnológica e pública.

Milanesi (1983) traz um contexto relevante e histórico acerca das bibliotecas, no qual, apresenta o nascimento das coleções voltadas à própria história do homem, sendo registradas em diversos suportes rudimentares.

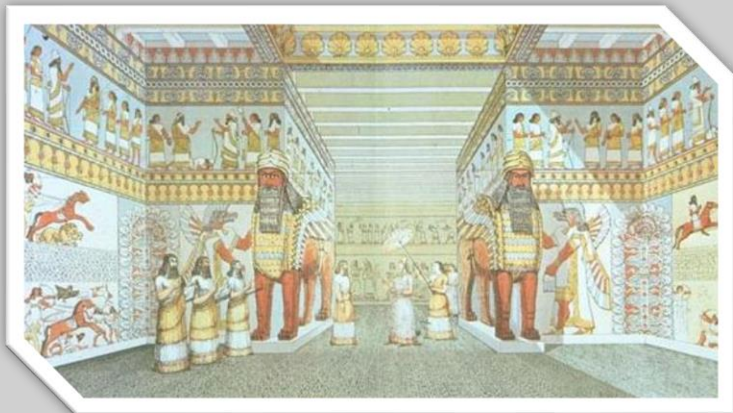
Uma das projeções da biblioteca de Alexandria



biblioteca da antiguidade



Entrada da biblioteca de Nínive



Milanesi (1983) enfatiza a existência de arquivos acerca dos povos assírios, sumérios e babilônios em placas de argila, com a guarda dos documentos sendo alterado, a partir de suportes aprimorados por tecnologias para esta finalidade.

Atualmente tem-se as bibliotecas como espaços que fazem referência ao conhecimento e devem aprimorar o acesso aos seus usuários, sendo eles, reais ou potenciais, de forma que possibilite o acesso de todos, com igualdade de direitos, de maneira acessível a todos os públicos.

Em seu cerne, a biblioteca é um elo vital entre o conhecimento e a sociedade, conectando indivíduos às informações necessárias para a formação intelectual, profissional e social.

Um ponto essencial a ser destacado é a democratização do acesso à informação, que é a base da existência das bibliotecas. Esse princípio está profundamente enraizado na ideia de que todos os cidadãos têm o direito de acessar o conhecimento, independentemente de suas condições socioeconômicas, geográficas ou físicas.

É aqui que a acessibilidade desempenha um papel primordial. A biblioteca, como espaço público e inclusivo, deve estar preparada para acolher pessoas com deficiência, garantindo infraestrutura, equipamentos e serviços que promovam a autonomia e a equidade, consoante às colocações de Santos, Diniz e Fernandes (2017).

A acessibilidade em bibliotecas vai além das questões físicas, como rampas de acesso e

elevadores. Ela engloba também recursos informacionais em formatos variados, como livros em braile, audiolivros, leitores de tela e tecnologias assistivas que permitem que pessoas com deficiências visuais, auditivas ou motoras tenham acesso pleno ao acervo.

Isso requer um compromisso contínuo das instituições em investir em tecnologia e em treinamento para seus profissionais, a fim de garantir que todos os usuários sejam atendidos com qualidade e eficiência (Santos; Diniz; Fernandes, 2017).

A biblioteca desempenha um papel fundamental como instrumento de informação e comunicação social, sendo um espaço que transcende a simples catalogação de livros ou documentos.

Nessa perspectiva, é preciso refletir sobre como a biblioteca precisa atuar como um espaço de interação social e de trocas culturais, pois estes espaços consolidam como um ponto de encontro onde diferentes públicos podem se conectar, compartilhar experiências e ampliar seus horizontes culturais. As bibliotecas públicas, comunitárias e universitárias, por exemplo, podem promover eventos, oficinas, debates e exposições que estimulem o diálogo e o aprendizado coletivo. Dessa forma, o ambiente da biblioteca deixa de ser apenas um local de consulta e estudo, transformando-se em um espaço dinâmico e vibrante de construção de saberes (Nogueira; Vahl; Willis, 2019).

CAPÍTULO IV

Sugestões para boas práticas inclusivas nas bibliotecas

Aqui, sugeriu-se algumas dicas, orientações e informações importante com endereços eletrônicos de canais que enfocam a acessibilidade nas bibliotecas universitárias.

É válido mencionar que a partir do percurso da pesquisa de mestrado intitulada “Um estudo comparativo acerca da acessibilidade para estudantes com deficiência nas bibliotecas do IFMA de 2014 a 2023”, cuja investigação mostrou algumas lacunas resultou neste guia, intentando contribuir de alguma forma para uma prática mais acessível nesse cenário.

Foi também, pensando na relevância da mediação da informação e na importância do profissional bibliotecário, assumindo a responsabilidade de orientar os usuários na busca por fontes confiáveis e na organização do conhecimento, que se estruturou sugestões singelas neste produto educacional do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Demarca-se então, que em um mundo cada vez mais saturado por informações, muitas vezes de procedência duvidosa, o papel do bibliotecário se torna fundamental para ajudar os indivíduos a desenvolverem habilidades de letramento informacional. Isso inclui saber como buscar, avaliar e utilizar informações de maneira ética e eficaz (Nogueira; Vahl; Willis, 2019).

*Pensando na biblioteca
enquanto espaço acessível e
democrático, elencou-se alguns
canais que mostram
especificidades de bibliotecas
virtuais com acessibilidade
para usuários com deficiência.*

No cenário da cegueira...
Acesse e confira!

❖ <https://www.youtube.com/watch?v=A2kzImBbXsc>

❖ <https://www.youtube.com/watch?v=TOpZFLKf88>

❖ https://www.youtube.com/watch?v=q_COWWBaKE8

No cenário da surdez...

Acesse e confira!

❖ <https://www.youtube.com/watch?v=A2kzImBbXsc>

❖ <https://www.youtube.com/watch?v=TOpZFLKf88>

❖ https://www.youtube.com/watch?v=q_COWWBaKE8

*No cenário da mobilidade
reduzida...*

Acesse e confira!

❖ <https://www.youtube.com/watch?v=KoPkMBao-Mc>

❖ https://www.youtube.com/watch?v=DKDQdiHQy_Q

❖ https://www.youtube.com/watch?v=XL-CqKH82_A

Mais dicas e outras
deficiências...

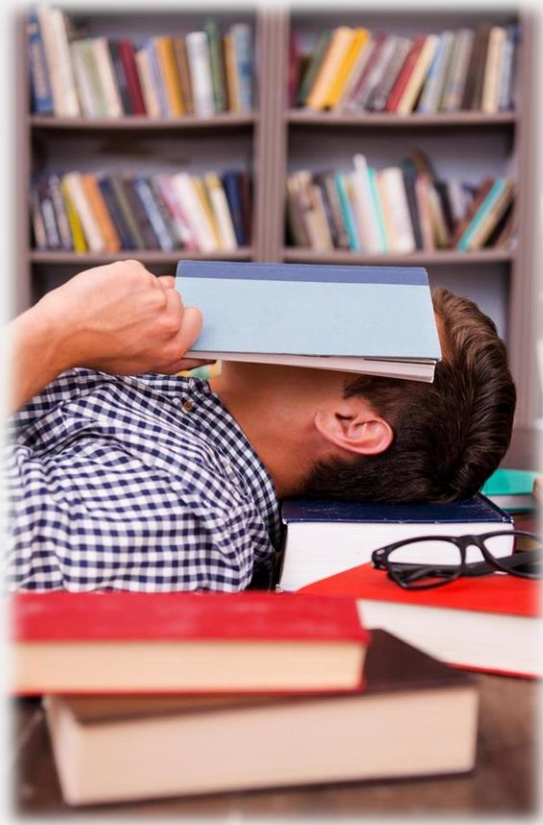
Acesse e confira!

❖ https://www.youtube.com/watch?v=q_COWWBaKE8

❖ https://www.youtube.com/watch?v=DKDQdiHQy_Q

❖ <https://www.youtube.com/watch?v=ZnTkmk4kECO>

Pense em inclusão...



...Siga as dicas!!

Como deixar a biblioteca mais inclusiva?

O contexto da surdez

Uma biblioteca acessível para surdos é um espaço que oferece recursos e serviços para que pessoas surdas possam ter acesso à informação.

Recursos e serviços

- Acervos especializados em Libras, surdez, educação, fonoaudiologia e pedagogia;
- Biblioteca digital com trabalhos de conclusão de curso em Libras;
- Atendimento especializado a usuários surdos;
- Intérpretes e tradutores de Libras

Adaptações físicas Sinalização em Libras, Painéis informativos visuais, Espaços de leitura silenciosos, Eliminação de barreiras arquitetônicas, Disposição dos móveis.

Outras dicas...

- Bibliotecas inclusivas devem garantir o atendimento especializado aos usuários com deficiência;
- Um ambiente acessível promove a autonomia e a inclusão social;
- A utilização de recursos visuais, como vídeos e imagens, facilita a compreensão do conteúdo

Como deixar a biblioteca mais inclusiva?

Contexto da deficiência visual

Bibliotecas acessíveis para cegos podem ter acervo em Braille, audioteca, computadores com leitores de tela, e outros recursos. Algumas bibliotecas também possuem piso tátil para orientar pessoas com deficiência visual.

Outras iniciativas de acessibilidade...

- Vision Vox, site criado para deficientes visuais para promover o acesso a livros não impressos em Braille.
- Confira: <https://visionvox.com.br/>

Como deixar a biblioteca mais inclusiva?

O contexto da mobilidade reduzida

Uma biblioteca acessível para pessoas com mobilidade reduzida, em cadeiras de rodas, é aquela que tem rampas, banheiros adaptados, escadas acessíveis e outros recursos que permitem o acesso de pessoas com deficiência física. Sendo, portanto, necessário ter:

- Rampas de acesso, banheiros adaptados e escadas acessíveis
- Espaço adequado para que uma pessoa possa circular livremente
- Distância entre estantes de livros de no mínimo 0,90 m de largura

- Espaço para manobra de cadeira de rodas a cada 15 m nos corredores entre as estantes

Sugestões para acessibilidade em tecnologia...

- Ter acessibilidade digital e tecnologia disponível para todos, em todos os canais de comunicação
- Ter audiolivros, telas com legenda, mapas táteis, etc.
- Ter pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à Internet acessíveis a PCR e PMR

Como deixar a biblioteca mais inclusiva?

O contexto da Síndrome de down

Uma biblioteca acessível para pessoas com síndrome de Down é um espaço que garante o acesso à informação e aos serviços, de forma que estas pessoas possam participar plenamente.

Para que uma biblioteca seja acessível, é importante que:

- Tenha iluminação direta e ambiente bem iluminado
- A organização interna seja clara e não tenha áreas sem uso ou becos

- Os pisos sejam tranquilos e regulares
- As faixas guias táteis indiquem o caminho até os pontos de interesse
- As zonas não acessíveis sejam sinalizadas
- O atendimento seja especializado

Algumas bibliotecas já contam com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, como óculos com tecnologia assistiva.

Como deixar a biblioteca mais inclusiva?

O contexto do TEA

Uma biblioteca acessível para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é aquela que tem recursos de acessibilidade e um ambiente confortável e agradável.

Recursos de acessibilidade Leitores de tela, Sistema de entrada de voz, Regulamento em Braille ou formato digital acessível, DOSVOX para auxiliar no uso de computadores.

Ambiente confortável

- Espaço adequado para que as pessoas com TEA possam participar das atividades propostas pela biblioteca

Apoio aos usuários

- Bibliotecários e professores podem promover atividades informacionais que aumentam o vocabulário e a sociabilidade dos usuários com TEA
- Bibliotecários apoiam os usuários com TEA no desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas.

Inclusão de pessoas com TEA

- Bibliotecas podem promover a participação de pessoas com TEA em atividades culturais, esportivas e de lazer
- Bibliotecas podem promover a inclusão de pessoas com TEA através de adaptações e recursos

CONCLUSÃO

A acessibilidade e a inclusão são pilares essenciais para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam usufruir plenamente dos espaços de aprendizado.

Este guia apresentou recomendações fundamentais para tornar as bibliotecas universitárias mais acessíveis, reforçando a importância de ambientes educacionais adaptados às diversas necessidades.

Ao longo dos capítulos, foram abordadas dimensões conceituais da acessibilidade, os princípios da educação inclusiva e o papel essencial das bibliotecas na democratização do conhecimento. Além disso, foram sugeridas boas práticas e ferramentas que podem ser aplicadas

para oferecer um atendimento mais equitativo e eficiente aos estudantes com deficiência.

Dessa forma, este material busca não apenas sensibilizar gestores, bibliotecários e educadores, mas também incentivar a adoção de medidas concretas que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva.

Desejamos que este guia sirva como inspiração e instrumento prático para a construção de bibliotecas mais acolhedoras, acessíveis e comprometidas com a equidade educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior**. Curitiba: Appris, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O desafio das diferenças nas escolas**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e política pública**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. São Paulo: WVA, 2009.